

## CCJ convoca Paulo Vannuchi no lugar da ministra Dilma Rousseff

O líder do governo, Romero Jucá, conseguiu ontem cancelar a convocação da ministra da Casa Civil para falar sobre o programa de direitos humanos. A oposição abandonou a reunião. **3**

Maioria governista sustentou que oposição pretendia antecipar debate eleitoral



José Cruz

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.179 – Brasília, quinta-feira, 25 de fevereiro de 2010

## Vistos para os Estados Unidos passam a valer por 10 anos



Waldemir Rodrigues

Conforme acordo bilateral aprovado ontem pelo Plenário, prazo só terá validade no caso de viagens de turismo ou a negócio

**O**s senadores aprovaram ontem acordo entre o Brasil e os Estados Unidos que aumenta de cinco para dez anos a validade do visto de brasileiros que se dirigem aos Estados Unidos e vice-versa. O novo prazo só valerá para os que viajam a turismo ou a negócio. O Plenário também aprovou acordo de cooperação cultural com a Letônia e de cooperação na área de defesa com o Paraguai. As matérias vão à promulgação. **7**

Senador Eduardo Azeredo (*primeiro à esquerda, de pé*) foi relator do projeto que ampliou validade do documento

## Comissão proíbe edital de concurso sem previsão de vagas. **5**

### Osmar Dias quer ampliação do programa Bolsa Família

Senador pede ampliação e aperfeiçoamento do programa, cujos recursos, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), são usados pelos beneficiários principalmente para a compra de comida, material escolar e vestuário. “É possível, pelo menos, levar comida para casa”, diz Osmar. **8**



Gerardo Magalhães

Osmar Dias cita dados do Ibase para demonstrar importância do programa

### Denúncia contra Dirceu gera debate em Plenário

Senador Tasso Jereissati cobra explicações sobre a denúncia de envolvimento do ex-ministro José Dirceu em suposto favorecimento a grupo privado que forneceria a rede de fibra ótica para para expansão da banda larga. **4**

Jereissati diz que não obteve informações sobre empresa para a qual Dirceu prestou consultoria



Waldemir Rodrigues

### Embalagens com alertas obrigatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem dois projetos que obrigam a impressão de alertas em embalagens: as de leite tipos B e C deverão informar o calendário de vacinação infantil, e as de produtos infantis serão acompanhadas da frase “Denuncie a Pedofilia. Disque 100”. **5**



## Heráclito pede diálogo com policiais em greve

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou ontem o pedido, feito ao governo federal pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), de envio de 200 homens da Força Nacional ao estado devido a uma greve da polícia civil. Segundo Heráclito, o Ministério da Justiça informou que atenderá ao pedido do governador.

Na opinião de Heráclito Fortes, Wellington Dias deveria resolver o impasse com a polícia civil usando o diálogo e não "força e arrogância".

Em aparte, o senador Mão Santa (PSC-PI) considerou a notícia "uma humilhação para a história do Piauí".

O senador Heráclito Fortes também pediu esclarecimentos ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sobre denúncias de que a empresa JB Carbon estaria sendo beneficiada na incorporação de parte da área da serra Vermelha ao Parque Nacional da Serra das Confusões, no Piauí.

De acordo com as denúncias publicadas na imprensa do estado, teria sido excluído da incorporação ao parque um terreno da empresa na serra Vermelha, que seria resultado da grilagem de 115 mil hectares de terras públicas, usadas para a exploração de carvão. Heráclito pediu, inclusive, apoio para convocar o ministro ao Senado a fim de esclarecer a questão.

## Mão Santa exalta belezas do delta do rio Parnaíba

O senador Mão Santa (PSC-PI) registrou em Plenário a publicação, no *Correio Brasileiro* de ontem, de reportagem turística sobre o delta do rio Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão. Para ele, as belezas da região são incomparáveis, com "suas areias brancas, lagoas de águas mornas e mangues, onde se pode ver dezenas de espécies de pássaros, macacos e outros animais".

Mão Santa informou que o delta do Parnaíba possui 78 ilhas, a maior parte do lado maranhense, e as águas do oceano Atlântico na região "são de um verde brávio", que "encanta os turistas do mundo todo". A região recebe cada vez mais visitantes graças à instalação de hotéis e pousadas, que procuram atrair o turismo ecológico, disse o senador. Como exemplo do crescimento do setor, ele citou a Ilha do Caju, onde uma antiga fazenda foi transformada em pousada.

No mesmo discurso, Mão Santa lamentou a morte, aos 87 anos, do piauiense Omar Santos Rocha, que foi presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil e teve uma carreira profissional de mais de 50 anos.

Presidente da Associação de Detrans, Mônica Melo sugere que seja confirmada a embriaguez dos motoristas que se recusam a fazer o teste do bafômetro



Sadi Cassol (E), Mônica Melo, deputado Fernando Melo e David Pancotti, diretor do Detran-PR, em encontro com Marconi

## Associação quer Lei Seca aplicada com maior rigor

MARCONI PERILLO (PSDB-GO), 1º vice-presidente do Senado, recebeu ontem representantes da Associação Nacional dos Departamentos de Trânsito (AND). Eles defendem mudanças no Código de Trânsito Brasileiro, como o maior rigor nas punições decorrentes da Lei Seca e a inclusão de um assento para essa associação no Conselho Nacional de Trânsito.

– É preciso aperfeiçoar o código visando à aplicabilidade de algumas leis, como é o caso da Lei Seca – disse a presidente da AND, Mônica Melo, referindo-se à Lei 11.705/08.

Segundo Mônica, há, no caso

da Lei Seca, um processo administrativo perfeito e acabado, mas é preciso avançar mais na questão penal. Como exemplo, ela citou a sugestão de confirmar a embriaguez dos motoristas que se recusam a fazer o teste do bafômetro, desde que haja algum tipo de prova, como a testemunhal, ou mediante a realização de exames.

– Hoje, quando alguém se recusa a fazer o teste, não há consequências – observou.

Ao defender um assento para a AND no Conselho Nacional de Trânsito (Contran), Mônica argumentou que os órgãos estaduais que participam da exe-

cução direta, "no dia a dia", da legislação de trânsito precisam participar do conselho.

– E a AND congrega esses órgãos e entidades – disse.

Mônica Melo lembrou que existem diversos projetos de lei tramitando na Câmara e no Senado que modificam o código de trânsito. E ressaltou que as sugestões da AND, antes de serem apresentadas ontem ao 1º vice-presidente do Senado, já haviam sido apresentadas à Câmara.

– Nossa expectativa é que o Senado agilize a tramitação das propostas que estão nesta Casa – disse Mônica.

## Haddad debaterá novo Enem com senadores



Marisa Serrano

A Comissão de Educação aprovou pedido da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para audiência pública sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A senadora lembrou que ocorreram "diversos problemas" com o Enem no ano passado e observou que a comissão deveria discutir o que os motivou e como eles podem ser resolvidos.

Entre os convidados, estão o ministro Fernando Haddad e os presidentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), José Joaquim Soares Neto, e da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Alan Kardec Martins Barbiero.

## Virgílio defende mais deputados para o Amazonas

Ao comentar audiência realizada ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que foi discutida a alteração do número de deputados federais a que cada estado tem direito, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a proposta daquela corte de aumentar de oito para nove o número de cadeiras destinadas aos representantes do Amazonas na Câmara.

– Meu estado merece e precisa ter um número [de deputados federais] que esteja à altura de seus 3,5 milhões de habitantes – declarou ele, ao frisar que o Amazonas já perdeu muitas lutas na Câmara por falta de representantes.

A proposta do TSE, que aumenta o número de deputados federais de alguns estados e diminui o de outros, está baseada no crescimento populacional estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## Passe livre para acompanhante de deficiente



Flávio Arns

A concessão de passe livre nas viagens interestaduais ao acompanhante de pessoa com deficiência, quando essa assistência for necessária, é o que assegura projeto do senador Flávio Arns (PSDB-PR) que será examinado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa. Arns afirma que a adoção desse passe nos percursos interestaduais para pessoas com deficiência representou um avanço significativo nos seus direitos. Contudo, observa que o passe livre fica restrito aos que são capazes de viajar desacompanhados. Dessa forma, argumenta, ficam sem acesso ao benefício todos que precisam de acompanhante para seus deslocamentos.

## Marisa comunica posse de diretoria da Comsefe

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) comunicou em Plenário a posse, ontem à noite, da nova diretoria da Associação dos Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal (Comsefe).

Myriam Violeta Cavalhero assume a presidência da entidade no biênio 2010-2011, tendo Maria Cristina Silva Monteiro como vice. Larissa Bortoni Dias será a secretária-geral e Romolo Mazzocante

Junior, o 1º tesoureiro.

A senadora cumprimentou os novos dirigentes e lhes desejou sucesso à frente da Comsefe, reconhecendo o auxílio e a participação da entidade nos trabalhos da Casa.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Pauta continua trancada

Na sessão deliberativa das 14h, três medidas provisórias e um projeto de lei da Câmara têm prioridade de votação.

### CRE: embaixador no Equador

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabbatina, às 10h, Fernando Simas Magalhães, indicado para chefiar a embaixada brasileira no Equador. Depois, os senadores do colegiado votam projetos de decretos legislativos, entre os quais o que aprova tratado com Honduras sobre auxílio jurídico relativo a matéria penal.

### Pirataria de medicamentos

Às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão Permanente de Defesa da Saúde recebem o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, para debate sobre pirataria no setor de medicamentos.

### CI decide sobre isenção de tarifa

A Comissão de Infraestrutura (CI) vota, às 8h30, requerimento que propõe debate sobre a renovação das concessões no setor elétrico e seus impactos tarifários. Também na pauta, projeto que prorroga por dez anos a isenção do adicional ao frete da Marinha Mercante sobre mercadorias em portos do Norte e Nordeste.

### Regulamento Administrativo

O Projeto de Resolução 96/09, que modifica o Regulamento Administrativo do Senado Federal, será analisado, às 10h, pela subcomissão temporária criada para esse fim. Foram convidados os professores Bianor Scelza Cavalcanti, Frederico Lustosa e Gilnei Mourão Teixeira, entre outros.



Requerimento do líder do governo dispensa ministra e indica Paulo Vannuchi para falar no Senado sobre Programa Nacional de Direitos Humanos

# CCJ cancela convocação de Dilma Rousseff

SOB FORTES CRÍTICAS da oposição, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, para que o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, compareça à CCJ no lugar da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para falar sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Em protesto, os senadores do DEM e do PSDB abandonaram a reunião antes da votação – segundo o líder do DEM, José Agripino (RN), para não “participar desta página negra da CCJ”. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), explicou que sua bancada não votaria a matéria, “em nome da respeitabilidade da CCJ e do respeito à Constituição”, e anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Jucá, porém, o requerimento original convocando Dilma Rousseff, aprovado no último dia 10, era impertinente porque não seria atribuição da Casa Civil tratar dos assuntos relacionados no programa.

No início da reunião, Jucá pediu que o seu requerimento

fosse o primeiro item votado, mas o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), atendendo questão de ordem do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), negou o pedido, por considerar que se tratava de assunto já decidido. Jucá recorreu ao plenário da comissão, que aprovou a inclusão do requerimento extrapauta.

Demostenes resolveu, então, que o pedido para que Dilma não fosse mais convocada seria apreciado após a votação das matérias sobre as quais havia consenso. Durante essa parte da discussão, o senador Valdir

Raupp (PMDB-RO) apoiou a proposta de Jucá, enquanto Efraim Morais (DEM-PB) defendeu a votação de matérias “que são importantes para o Brasil”.

## Decisões revogadas

Mais tarde, Demostenes novamente decidiu indeferir e arquivar o requerimento de Jucá, após questão de ordem do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) citando o Regimento Interno do Senado. O texto prevê que o presidente da comissão poderá declarar prejudicada matéria pendente de deliberação do Senado “em virtude de seu pré-

juízo pelo plenário em outra deliberação”.

Mais uma vez, o Plenário da CCJ, que tem maioria governista, revogou a decisão do presidente, que disse ser favorável ao arquivamento “para preservar a própria Casa”. Segundo Demostenes, os senadores não podiam “destruir as comissões permanentes como ocorreu com as CPIs [comissões parlamentares de inquérito]”.

– As CPIs hoje não dão em nada, a maioria sempre toma deliberação no sentido de apurar coisa alguma – acrescentou o presidente da CCJ.

Para Demostenes, a comissão estaria se desmoralizando se voltasse atrás na convocação. Ele citou dispositivo constitucional segundo o qual as comissões podem convocar ministro de Estado para informações sobre assunto determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

O presidente argumentou ainda que “a Casa Civil é justamente o filtro jurídico, entre outras coisas, quando um projeto de lei é apresentado” – e lembrou que o PNDH-3 é um programa que será transformado em um ou mais projetos de lei.



Líder do governo, Jucá (E) alegou que não é tarefa da Casa Civil explicar o programa. Plenário da CCJ revogou duas decisões de Demostenes (E) contra requerimento



## Oposição crítica e governistas dizem que debate está “eleitoralizado”

A discussão sobre a convocação ou não da ministra Dilma Rousseff foi marcada por manifestações de preocupação com a soberania do Senado e com a preservação do ato jurídico perfeito, feitas por senadores da oposição. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que responderá à oposição em Plenário.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse não entender onde estava a vantagem de não se ouvir a ministra.

– Não vir é abrir um precedente gravíssimo, que vai servir para outros governos, e quem vai

perder é o Congresso, é a sociedade que deseja ser esclarecida, é a democracia brasileira.

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), citou as atribuições legais da Casa Civil e disse que gostaria de saber “se esta comissão vai se demitir ou não do direito de pedir esclarecimentos sobre fatos relevantes para a sociedade brasileira”.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) avaliou que, com a substituição da ministra, qualquer ato do Senado passa a ser cercado de insegurança. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que a CCJ estava sendo desmoralizada

“por uma orquestração do governo”. Por sua vez, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que “querem para a ministra as inaugurações, mas não a responsabilidade dos atos praticados pelo governo”. Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), “não é assim que esta Casa, que já está desmoralizada, terá sua imagem resgatada”. Marconi Perillo (PSDB-GO) levantou a possibilidade de a ministra estar evitando falar sobre temas polêmicos.

Já os senadores governistas argumentaram que a convocação visava antecipar o debate das eleições. O líder do governo

afirmou que a questão estava sendo “eleitoralizada”.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) questionou por que o debate não deveria ser feito “no Plenário com todos os pré-candidatos? Por que só a Dilma terá o privilégio de falar aqui?”. Lobão Filho (PMDB-MA), por sua vez, lembrou como foi a convocação de Dilma no último dia 10, decidida por 8 votos a 7, afirmando que a votação foi feita de forma açodada e que não houve tempo de nenhum senador da base governista votar. “Hoje, temos 16 votos substituindo essa decisão”, disse.

## Novas regras para indenizações a anistiados

Proposta que trata do funcionamento da Comissão de Anistia e estabelece critérios para o cálculo de valores visando à reparação, por danos morais e materiais, a anistiados políticos, foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O PLS 517/07, do ex-senador Expedito Júnior, determina que, na portaria do Ministério da Justiça que conceder a reparação econômica ao anistiado político, os valores dos danos morais e econômicos devem ser discriminados. Prevê ainda que, do montante equivalente aos danos materiais, sejam deduzidos os valores recebidos pelo anistiado em função de atividades econômicas desenvolvidas no período no qual sofreu o dano.

Quanto à fórmula de cálculo dos danos morais, o projeto impõe que se leve em conta a capacidade orçamentária do Estado e estabelece que o Tribunal de Contas da União (TCU) passe a integrar a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Além disso, prevê que seja exigido consenso entre os membros nas decisões da comissão.

## Direitos humanos

Os senadores aprovaram ainda requerimento convidando o secretário especial de Direitos Humanos da Presidência, Paulo Vannuchi, para prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos.

## CDH ouvirá ministro sobre Programa Nacional de Direitos Humanos

O ministro Paulo Vannuchi será convidado a comparecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para prestar esclarecimentos sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Requerimento nesse sentido, de Paulo Paim (PT-RS), também subscrito por Fátima Cleide (PT-RO), foi aprovado ontem pela comissão. A ideia é que a reunião seja em conjunto com outras comissões.

O convite foi acolhido pela CDH em meio à polêmica ocorrida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) para que Dilma Rousseff, que falaria sobre o programa, fosse dispensada, e em seu lugar, fosse chamado Vannuchi, ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

O programa, instituído por meio de decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publica-



Paulo Paim (à esq., ao lado de Jefferson Praia e Rosalba Ciarlini) justifica seu requerimento convidando Paulo Vannuchi

do em 21 de dezembro de 2009, é um protocolo de intenções do governo. Para tornar legais as principais sugestões do texto, o Executivo terá que encaminhar ao Congresso projetos de lei. O texto inclui pontos polêmicos como a legalização do aborto, a taxação de grandes fortunas e cria uma “Comissão da Verdade” para investigar violações

de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

## Rondon

Os cem anos da política indigenista, iniciada em 1910 pelo marechal Cândido Rondon, serão lembrados pela comissão. Para o debate será convidado, entre outros, o presidente da Fundação Nacional do Índio

(Funai), Márcio Meira. A proposta é subscrita pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Jefferson Praia (PDT-AM), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Outro requerimento aprovado pela CDH, também de Paim, propõe audiência em 11 de março para discutir políticas públicas destinadas à juventude.



Senador cita reportagem de jornal que aponta participação do ex-ministro da Casa Civil em operação sob suspeita envolvendo expansão do acesso à internet no país

## Jereissati cobra explicações sobre denúncia contra Dirceu

O SENADOR TASSO Jereissati (PSDB-CE) disse ontem que o ex-ministro José Dirceu, indiciado como "organizador do mensalão", afastado do governo e com mandato cassado pela Câmara dos Deputados, volta hoje como "o grande protagonista de negociatas, muito maiores do que aquelas que abalaram o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva".

Jereissati citou matérias da *Folha de S. Paulo* segundo as quais a Star Overseas Ventures, empresa de Nelson dos Santos sediada nas Ilhas Virgens Britânicas (paraíso fiscal no Caribe), adquiriu participação de 49% na empresa Eletronet pelo valor simbólico de R\$ 1. Conforme o jornal, com a reativação da Telebrás e a possibilidade de se usar a rede de fibra ótica da Eletronet para prover o serviço de acesso à internet, Santos poderá sair do negócio com cerca de R\$ 200 milhões.

Para o senador, "o grande escândalo dessa história" é que o "consultor privado do negócio, José Dirceu, anunciou aos quatro ventos", inclusive em seu *blog*, a reativação da Telebrás. Em seguida, acrescentou, as ações dessa estatal sem ativos inflaram em 35.000%.

Jereissati informou ter feito uma série de consultas e não encontrou uma empresa sequer, nos setores de comunicação, elétrico e financeiro, que conheça a Star Overseas Company. O senador disse também não ter obtido nenhuma informação



Waldemir Rodrigues

Para Jereissati, denúncias são mais graves que as do primeiro mandato de Lula sobre o controlador da Star, Nelson dos Santos.

– Eu gostaria que alguém do PT me dissesse quem é esse empresário e que me explicasse essa transação, porque é impossível que nós todos fiquemos nesta Casa sem uma mínima explicação sobre um escândalo de proporções tão grandes, que envolve transações de infraestrutura fundamentais para o futuro do país e, pior, que se esconde atrás de uma falsa ideologia que prega a maior presença do Estado.

### Arrecadação

O discurso de Jereissati recebeu vários apartes. Heráclito Fortes (DEM-PI) lembrou que o empresário Hamilton Lacerda, flagrado em hotel de São Paulo com mala de dinheiro supostamente para a compra de dossiê contra o então candidato ao governo de São Paulo José Serra (PSDB), retornou aos quadros

do PT no início do mês, em um momento de "grandes arrecadações" com vistas ao pleito eleitoral de outubro.

Tasso Jereissati concordou com Heráclito e disse que "todos os envolvidos no mensalão estão voltando com uma estrela a mais dentro do partido", com influência maior não só no PT, mas principalmente no governo, "proporcionando o mesmo tipo de negócio e transação que escandalizou o país".

Também em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) leu trechos do artigo *Dirceubrás*, do jornalista Fernando de Barros e Silva, publicado na *Folha de S. Paulo*. O líder do DEM, José Agripino (RN), lamentou que "alguém [José Dirceu] com informação privilegiada, que continua nos corredores do governo, participando da intimidade das decisões, possa estar burlando o interesse da sociedade".

## Alvaro Dias pede cópia da investigação da CVM

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu à Mesa do Senado que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, envie ao Senado cópia de todo o processo de investigação instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre possíveis irregularidades na excessiva valorização das ações da Telebrás entre 2002 e 2010.

A possível criação de uma es-

tatal para gerir serviços de acesso à internet de banda larga a partir da reativação da Telebrás, justifica o senador, tem sido apontada como responsável pela valorização das ações dessa empresa em 29.500% desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Suspeita-se que o anúncio ou perspectiva de implantação

do Plano Nacional de Banda Larga, vinculado à antiga Telebrás, tenha beneficiado eventuais investidores, que receberam essa informação de forma privilegiada – disse Alvaro, lembrando que os ministros são obrigados a prestar informações aos congressistas, para que estes cumpram a função constitucional de fiscalizar os outros poderes.

## Municípios inadimplentes em gestões anteriores terão repasse

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comunicou ao Plenário a edição da Portaria Ministerial 534, que acaba automaticamente com a suspensão da remessa de recursos para os municípios que se tornaram inadimplentes em administrações anteriores à atual, desde que eles peçam uma tomada de contas especial ao respectivo tribunal de contas.

O senador disse que a maioria dos municípios que tiveram a suspensão do repasse acaba pagando por erros detectados nas administrações anteriores.

A portaria vai permitir que as prefeituras, ao receberem re-

ursos, continuem funcionando, enquanto a tomada de contas, que dura entre seis meses e um ano, é realizada.

Jucá ressaltou que a inadimplência do município fica pendente até o fim da tomada de contas, que concluirá ou não pelas irregularidades e apresentará medidas saneadoras e punitivas, se for o caso.

A portaria foi elaborada após entendimentos do líder com os ministérios do Planejamento, das Relações Institucionais, da Fazenda e do Controle e Transparência, informou Jucá.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que, se a por-



Waldemir Rodrigues

Jucá comunica assinatura de portaria que possibilita remessa de recursos

taria tivesse sido editada ainda no ano passado, beneficiaria muitos municípios que não tiveram empenhadas emendas parlamentares por estarem respondendo a inadimplências ocorridas em administrações anteriores.

## Líder relata decisões do seu partido, o DEM

José Agripino (RN), líder do DEM, fez ontem um resumo das medidas adotadas pelo partido diante das denúncias de envolvimento de integrantes da agremiação no escândalo de corrupção no governo do DF. O senador lembrou a decisão do DEM de expulsar José Roberto Arruda de seus quadros, quando este ainda era governador, e de excluir da legenda o então vice-governador, Paulo Octávio, que renunciou depois de assumir o Executivo local. Tanto Arruda, agora afastado da função e preso, como Paulo Octávio



Waldemir Rodrigues

Agripino negou existência de um mensalão do partido em Brasília

desfiliaram-se do DEM antes que o partido os expulsasse.

Agripino anunciou a nomeação de Marco Maciel (DEM-PE) como interventor no diretório do DF. E negou a existência de um mensalão do DEM, como tem divulgado a imprensa.

## ACM Júnior afirma que partido tomou as decisões necessárias

Antonio Carlos Júnior (BA) afirmou que seu partido, o DEM, e o PT adotam posturas diversas no combate à corrupção interna.

De acordo com o senador, tão logo surgiram as denúncias, o partido deu prazo para que o então governador José Roberto Arruda se explicasse. Arruda optou pela desfiliação, assim como seu vice, Paulo Octávio, anteontem. Todos os filiados foram orientados ontem a deixar o governo do DF, ao mesmo tempo em que foi dissolvido o diretório regional.

– O Democratas fez o que deveria ser feito. Os indícios eram e são fortíssimos – afirmou.



Genaldino Mangel

Senador vê clara diferença nas posturas do DEM e do PT

Em comparação, disse, muitos dos acusados pelo mensalão "foram redimidos pelo PT e voltaram a ocupar postos de comando no partido".



Waldemir Borreiro

Senador acredita que intervenção não é um fracasso da democracia

## Para Cristovam, fracasso é dos políticos do DF

A possível intervenção no Distrito Federal está dentro do marco legal, mas "significará, sem dúvida alguma, um fracasso. Não da democracia, mas de todos nós, políticos do DF". O comentário foi feito ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF), que se posicionou contra a partidização do assunto. Para ele, como os partidos começaram a assumir posição sobre o tema, pelo menos na aparência a decisão que o Supremo Tribunal Federal tomar poderá ser interpretada como em benefício de um ou outro partido.

– Intervenção não é falta de democracia, se for feita dentro dos cânones, dentro das regras, dentro da Constituição. É um erro dizer que seria falência da democracia. Não! É a falência da política, dos políticos.



Genaldino Mangel

José Nery defende intervenção no governo do Distrito Federal

## Wilson Lima está envolvido em esquema, diz Nery

José Nery (PSOL-PA) defendeu a intervenção no Distrito Federal por considerar "que está tudo podre" no governo da capital do país. Ele disse que o deputado distrital Wilson Lima, que assumiu o governo, não poderia ter sido empossado, "pois está envolvido no mesmo esquema" do governador licenciado, José Roberto Arruda, que está preso, e do vice, Paulo Octávio, que renunciou.

O senador defendeu ainda a aprovação de projeto que permite a revogação de mandatos parlamentares de governadores, prefeitos ou senadores, desde que eles sejam flagrados em atos de corrupção ou violação de leis. Para ele, a origem de muitos atos políticos corruptos está no chamado caixa dois de campanha eleitoral.



## Caixas de leite vão informar sobre vacinação das crianças

As embalagens de leite tipos B e C deverão trazer impresso o calendário de vacinas infantis obrigatórias, adotado pelo Ministério da Saúde. É o que prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que agora será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Originário da Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 68/06) pretende alertar a população sobre a importância e a oferta das vacinas infantis e, com isso, reduzir o número de pais que deixam de vacinar os filhos, impedindo que o Brasil controle uma série de doenças. O relator, Renato Casagrande (PSB-ES), ao defender a aprovação do projeto, disse que ele é "inovador".

Autor da matéria, o deputado Enio Bacci (PDT-RS) justificou sua iniciativa argumentando que os maiores consumidores de leite são as crianças. Por isso, caixas, sacos e garrafas com esse produto podem servir como eficiente veículo de propaganda da vacinação. Ele também disse não acreditar que essa impressão acarrete despesas para a indústria de leite.

Pelo texto, as empresas produtoras de leite receberão do Ministério da Saúde o quadro atualizado do calendário de vacinas vigente no país. As embalagens que estiverem em desacordo com essa determinação deverão ser recolhidas pelo órgão de fiscalização do governo federal.

## Alerta contra pedofilia nas embalagens de produtos infantis

O alerta "Denuncie a Pedofilia. Disque 100" deverá estar impresso em embalagens de produtos infantis, segundo o PLS 284/08, aprovado ontem pela CCJ. Autor do projeto, o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) disse que pretende envolver as empresas fabricantes e importadoras de produtos infantis no combate à pedofilia.

O substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), atribuiu ao governo federal a tarefa de definir quais produtos vão ser rotulados e de que forma a expressão será colocada no rótulo. O texto receberá decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto dá o prazo de um ano, a partir da entrada em vigor da lei, para que empresas do setor e órgãos do governo se adaptem às normas. O descumprimento da regra implicará o recolhimento do produto até sua adequação, além de multa. João Vicente Claudino lem-



Claudino considera incipientes as ações do Estado contra a pedofilia

brou o recente crescimento dos casos de pedofilia, inclusive com o uso da internet. Ele considera as ações do poder público incipientes e sugere ações em larga escala contra esse crime.

Para Valdir Raupp, a lei brasileira não trata a pedofilia como tipo penal incriminador, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente teve o cuidado de proteger a criança e o jovem contra o contato sexual com o adulto, aplicando a essa conduta penas mais pesadas.

## Projeto de lei institui Dia Nacional de Combate à Dengue

O último sábado de novembro será o Dia Nacional de Combate à Dengue. É o que estabelece projeto (PLS 23/02) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O objetivo da proposta é mobilizar iniciativas do poder público e a participação da população em ações destinadas a eliminar o mosquito transmissor da dengue.

A presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), lembrou que o projeto, apesar de ser de 2002, é atual, uma vez que epidemias de dengue têm afetado várias cidades do país. Para Rosalba, que é médica, a doença deve ser controlada com medidas preventivas, com o que o Parlamento pode contribuir ao incentivar as ações sanitárias implantadas pelo governo.

– A dengue está dentro de casa, nos restinhos de água pa-

rada nos vasos de plantas, nos potinhos, nas piscinas e, assim, há proliferação da doença – ressaltou Rosalba, que destacou ser a prevenção uma prática a ser adotada por todas as faixas etárias.

A CAS rejeitou as emendas apresentadas em Plenário pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e pelo então senador Osvaldo Sobrinho ao PLC 322/09, que propõe a definição de critérios para caracterização das atividades e operações perigosas. O relator da proposta na CAS, senador Paulo Paim (PT-RS), considera importante manter o texto original para que a definição de operações perigosas possa embasar a concessão de aposentadorias. O projeto voltará a ser examinado em Plenário, em caráter de urgência, conforme pedido de Rosalba Ciarlini aprovado pela comissão.

O projeto, que deve valer para União, estados e municípios, ainda irá a votação na Comissão de Constituição e Justiça antes de ser enviado à Câmara dos Deputados

## Concurso para formação de cadastro pode ser proibido

A REALIZAÇÃO DE concurso público exclusivamente para a formação de cadastro de reserva pode ser proibida. Projeto com esse propósito foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, do então senador Expedito Júnior, ainda terá decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 369/08) obriga a indicação expressa, nos editais de concursos públicos, do número de vagas a serem preenchidas, medida que deve ser observada em concursos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O cadastro de reserva só será permitido para candidatos aprovados em número excedente ao de vagas. Para o relator, Efraim Morais (DEM-PB), é injustificável o poder público realizar concursos para os quais não existam vagas.

A prática, segundo Efraim, é utilizada pelos gestores públicos sob a alegação de respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente em anos eleitorais. Para ele, no entanto, a abertura de processos seletivos gera falsas expectativas, além de muitos assumirem despesas na preparação para as provas.

Expedito Júnior justifica a proibição prevista em seu pro-



Efraim Morais (à esq., com Cristovam Buarque): nomeação deve ser garantida

eto dizendo que a realização de concursos públicos sem que haja qualquer vaga a ser preenchida contraria os princípios da moralidade, da impessoalidade e da eficiência. Além disso, acrescenta, o mau administrador poderá valer-se da não obrigatoriedade de nomear candidatos aprovados dentro do número de vagas quando alguém de sua predileção não foi aprovado ou para prejudicar aprovado que seja seu desafeto.

“Não faz o menor sentido, a nosso ver, a realização de concursos apenas para formação de tais cadastros. Ou a administração carece de novos quadros e, por isso, promove concurso, ou não estando necessitada de mais servidores, falta-lhe interesse legítimo para deflagrar o processo

seletivo”, argumenta.

A presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e Mão Santa (PSC-PI) defenderam a realização de concursos para ingresso no serviço público. Para a senadora, a seleção pode impedir que sejam nomeadas pessoas por meio de indicações políticas. Já segundo Mão Santa, o setor público deve buscar o mérito das pessoas que vai nomear.

– A entrada no serviço público deve ser feita pela porta estreita do concurso, o que significa melhoria do governo e das coisas públicas – disse.

Também defenderam a moralidade na admissão de servidores públicos os senadores Paulo Paim (PT-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Paulo Duque (PMDB-RJ).

## Gastos com prótese auditiva poderão ser deduzidos de imposto

As despesas com prótese auditiva poderão ser deduzidas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), conforme projeto apresentado em 2008 pelo então senador Expedito Júnior e aprovado ontem pela Co-



Emendas incluídas por Mão Santa ampliam o alcance da proposta

missão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Emenda do relator do projeto (PLS 364/08), senador Mão Santa (PSC-PI), permite deduzir também as despesas com aquisição de órteses auditivas – aparelhos de uso provisório.

Pelo texto inicial de Expedito Júnior, a dedução só poderia ser feita se a redução auditiva tivesse como causa doença profissional ou acidente em serviço. No entanto, outra emenda do relator estendeu o benefício a todos os portadores de deficiência auditiva, independentemente da origem do problema.

Segundo Mão Santa, existem no Brasil quase 3 milhões de pessoas com déficit de audição, o que, observou, dificulta sua inserção social. O senador, que é médico, ressaltou que muitos dos problemas auditivos podem ser corrigidos ou aliviados por meio de aparelhos de amplificação sonora individual.

O relator explicou ainda que, independentemente da forma como a pessoa contraiu a doença, o SUS está obrigado a fornecer gratuitamente as órteses e próteses auditivas a quem precisar.

## Estímulo a doações para a educação de menores carentes passa na CDH

Os gastos com a educação de crianças e adolescentes apadrinhados feitos por meio de doação a instituições assistenciais de utilidade pública poderão ser descontados do Imposto de Renda Pessoa Física.

A dedução é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 378/09) aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo o senador Jefferson Praia (PDT-AM), autor da proposta, o objetivo é estimular o apadrinhamento ou a adoção a distância de jovens carentes, na avaliação dele, uma importante forma de solidariedade social. Atualmente, apenas os gastos com a educação de crianças e adolescentes carentes dos quais o contribuinte detenha a guarda podem ser deduzidos. A matéria ainda será submetida às comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), nesta última, em decisão terminativa.

### Isenção

A CDH também aprovou substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei (PLS 46/09) do senador Flávio Arns (PSDB-PR) que concede à pessoa com deficiência incapacitada para o trabalho a isenção do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma. A proposta será analisada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo.



Proposta de Jefferson Praia permite o abatimento no IR



Renato Casagrande acredita que, sem a suspensão da aposentadoria como medida punitiva a juízes que não honraram a função e cometeram irregularidades, todo o esforço de aperfeiçoamento do Judiciário fica comprometido

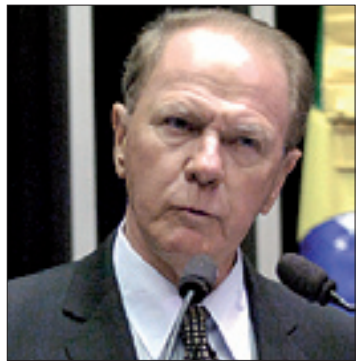
## Gerson Camata pede punição para juízes corruptos

Gerson Camata (PMDB-ES) pediu punição para juízes corruptos. O senador relatou que investigação da Polícia Federal em seu estado, no ano passado, resultou na prisão de três desembargadores, além de inúmeros juízes e servidores públicos. Segundo Camata, os magistrados detidos vendiam sentenças e negociavam a posse de cartórios.

O senador revoltou-se com a pena de aposentadoria compulsória imputada aos juízes. Para ele, essa pena não é uma punição, mas um prêmio:

– Uma dura condenação: R\$ 21 mil pelo resto da vida – ironizou.

Camata pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) ou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentem uma PEC determinando a perda do cargo dos magistrados corruptos.



Camata ironiza “dura condenação de R\$ 21 mil pelo resto da vida”



Ideli Salvatti anuncia que vai pedir urgência na votação da proposta: rendimento de R\$ 25 mil não é penalidade, diz ela

# Senadores cobram fim da aposentadoria como punição

TRÊS SENADORES PEDIRAM ontem, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a aprovação, o mais rápido possível, de proposta que acaba com a aposentadoria como medida punitiva aplicada a juízes que tenham tido procedimento incompatível com o decoro de suas funções, recebido contribuições ilegais ou contrariado proibições previstas na Constituição. O projeto, aprovado na CCJ em dezembro passado, está na pauta do Plenário.

Ideli Salvatti (PT-SC), autora da proposta (PEC 89/03), informou ter preparado requerimento para que os líderes partidários assegurem urgência para a vo-

tação da PEC em Plenário

– Imaginar que uma aposentadoria de R\$ 25 mil seja penalidade é algo que não podemos admitir. Se o juiz foi pego, se comprovadamente cometeu falcatrua, se está envolvido em algum crime, não tem legitimidade para continuar à frente de cargo no Judiciário e não pode ser punido com a aposentadoria compulsória – disse.

Para Renato Casagrande (PSB-ES), todo o esforço de aperfeiçoamento do Poder Judiciário e de punição de juízes que cometeram irregularidades fica prejudicado porque a punição aplicável é a aposentadoria compulsória. A aprovação da PEC, acrescentou,

fará com que as decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o trabalho feito em diversos tribunais de justiça e comarcas tenham respaldo da sociedade.

– Do jeito que está, há grande movimentação, mas a punição acaba por ser um prêmio – afirmou.

Serys Slhessarenko (PT-MT) registrou que na terça-feira o CNJ mandou para a aposentadoria sete juízes e três desembargadores em Mato Grosso.

– É importantíssimo que se aprove logo essa proposta – opinou.

A PEC recebeu novo texto, elaborado pelo presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO).

## Fiscalização de rodovias poderá ser ampliada

A colocação de placas nas rodovias federais com informações que favoreçam sua fiscalização – contendo, por exemplo, dados sobre o órgão fiscalizador da concessão e como entrar em contato com ele – deve ampliar a participação dos usuários na manutenção das estradas. Esse é o objetivo de proposta aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto (PLC 66/05) já havia passado na CCJ em outubro, mas voltou à comissão para votação de adendo, que aplicou a um dos artigos o conteúdo de emenda para que as placas fossem também fixadas nas rodovias federais repassadas aos estados, por delegação. O relatório foi do senador César Borges (PR-BA), também autor do voto aprovado em outubro. Pelo texto, as placas serão instaladas a intervalos máximos de dez quilômetros. Cabe ao concessionário da via a responsabilidade por sua instalação e manutenção.



César Borges é o relator da proposta que amplia participação dos usuários

## Fundo para ajudar os clubes de futebol

A CCJ aprovou ontem projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol. Para ter direito aos recursos, o clube terá de se transformar em empresa.

– Os clubes devem ser regulados pelas leis que regem as empresas no país. O futebol é uma atividade econômica geradora de renda e receita e deve ser dessa forma administrado – disse o autor, para quem o projeto se constituirá em instrumental básico para a recuperação do futebol nacional.

De acordo com a proposta (PLS 57/07), relatada pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), o fundo será formado por 10% dos recursos obtidos pelos clubes nas vendas de atletas ao exterior; 10% da venda de ingressos; 10% do que



Wellington Salgado

as empresas faturarem com a publicidade nos estádios; 15% das receitas obtidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com jogos das seleções brasileiras; 10% das verbas publicitárias obtidas pela CBF com a utilização de símbolos nacionais; e doações de empresas (dedutíveis do Imposto de Renda), além de recursos orçamentários do Ministério do Esporte e outras receitas.

O repasse dos recursos aos clubes será aprovado por uma comissão de gestão do fundo, mas não poderá ser usado para pagar despesas correntes (como salários). Nenhum clube poderá receber mais do que 5% do orçamento anual do fundo.

O projeto ainda será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Projeto leva esporte às áreas mais violentas



Patrícia Saboya

Outro projeto aprovado ontem pela CCJ, do senador Magno Malta (PR-ES), autoriza o Poder Executivo a criar programa nacional de prática desportiva para prevenção à violência e ao uso de drogas. A ideia é beneficiar crianças e adolescentes que vivem em áreas com alta criminalidade.

O PLS 43/03 ainda precisa passar por decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O voto da relatora, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), foi pela aprovação.

O programa será semelhante aos projetos desportivos financiados pelo governo federal e parcerias privadas. Caberá ao Executivo selecionar as comunidades beneficiadas e definir como o programa será desenvolvido.

## PSDB desiste de recurso contra nova eleição na CE

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), desistiu de recorrer na CCJ contra decisão do presidente do Senado, José Sarney, que determinou a realização de eleição para a presidência da CE, depois que o titular do cargo, senador Flávio Arns (PR), deixou o PT e se filiou ao PSDB, em agosto do ano passado.

Sarney alegou que Arns já não pertencia à comissão, citando comunicado enviado à Mesa do Senado pelo líder do Bloco de Apoio ao Governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Virgílio disse desistir em nome da harmonia da Casa e em respeito à proporcionalidade dos partidos nas comissões, mesmo considerando que o Regimento Interno do Senado favorecerá o PSDB.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marconi Perillo • César Borges • Sadi Cassol • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Burocracia atrasa lançamento de satélites, afirma Roberto Amaral

Os entraves burocráticos impostos por órgãos do próprio Estado brasileiro são os principais responsáveis pelo atraso do início das operações de lançamento de satélites por foguetes ucranianos na base espacial de Alcântara (MA). Foi o que disse ontem o diretor-geral brasileiro da binacional Alcântara Cyclone Space, Roberto Amaral, durante audiência pública promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto inicial para a base de Alcântara, localizada em um dos melhores lugares do mundo para o lançamento de satélites, ocuparia uma área de 62 mil hectares, segundo o diretor. Mas acabou reduzida a menos da metade, por decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), segundo o qual a maior parte da ilha onde se localiza a base deveria ser destinada a remanescentes de quilombolas.

O diretor da binacional relatou aos senadores as dificuldades que enfrenta para explicar aos sócios ucranianos os motivos do atraso do programa. Os ucranianos frequentemente lhe perguntam se órgãos como o Incra, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – responsável pelas licenças ambientais – e a Fundação Palmares, de apoio às populações negras, não fazem parte do Estado brasileiro, que firmou um tratado de cooperação aeroespacial com a Ucrânia.

– O nosso esforço diário é o de en-

frentar os óbices da burocracia. Desde 2007, estamos tentando atender a exigências que nos são impostas, como se fôssemos um Estado esquizofrênico – afirmou Amaral.

Igualmente convidado para o debate, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Ganem, lamentou o atraso do programa. E traçou uma comparação entre as bases espaciais de Kourou, na Guiana Francesa, em plena atividade, e de Alcântara – ambas com a grande vantagem da proximidade da linha do Equador, o que permite uma economia de combustível de aproximadamente 30%.

– Kourou tinha, em 1994, uma população de 6 mil habitantes, em sua maioria negros e desdentados. Quinze anos depois, tem 21 mil negros com dentes e o maior salário mínimo da Europa. O Brasil parece ter medo de exercer o protagonismo comercial na atividade de lançamento de satélites, que envolveu US\$ 280 bilhões em 2009 – lamentou o diretor da AEB.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), um dos senadores que solicitaram o debate, ressaltou a necessidade de garantir prioridade política ao setor espacial. “Estamos mais do que atrasados”, observou.

Ao presidir a reunião, o senador Lobão Filho (PMDB-MA), vice-presidente da CCT, disse esperar que a audiência pública tenha como resultado a criação de um movimento de apoio ao Programa Espacial Brasileiro.



Roberto Amaral (E), senador Edison Lobão Filho e Carlos Ganem, da Agência Espacial

## Aeronave de autarquias e fundações poderá passar a ser bem público

Aeronaves de autarquias e fundações públicas estarão subordinadas ao regime geral do Código Civil, devendo ser consideradas bens públicos e não privados, ao contrário do que ocorre atualmente. A medida foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Para tanto, a proposta (PLS 303/09), do senador Gim Argello (PTB-DF), revoga dispositivo do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86) que estabelece que “as aeronaves a serviço de entidades da administração indireta federal, estadual ou municipal são consideradas, para os efeitos deste código, aeronaves privadas”.

Segundo o relator do projeto na CCJ, senador Romero Jucá (PMDB-RR), entre outras consequências, a alteração proposta impede que essas aeronaves venham a ser penhoradas e permite que tenham a imunidade tributária de que são beneficiárias as autarquias e fundações públicas.

De acordo com Gim Argello, o dispositivo que propõe revogar é uma impropriedade jurídica, já que a classificação daquelas aeronaves como “privadas” contraria toda a sistemática do Direito brasileiro. O senador argumenta que, conforme o Código Civil, “são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”.

A revogação daquele parágrafo terá por consequência a subordinação plena das aeronaves de autarquias e fundações públicas ao regime geral do Código Civil, segundo o qual elas são bens públicos. Para o senador, a proposta contribui para o aperfeiçoamento do marco legal da aviação brasileira.

No voto pela aprovação da proposta, Jucá afirma que nada justifica que as aeronaves de autarquias e fundações públicas sejam consideradas bens privados.

Medida está prevista em acordo firmado pelo Brasil com os Estados Unidos e vale para viagens de turismo ou negócios. Projeto vai à promulgação



Plenário também autoriza o Ceará a tomar empréstimos para incentivar o turismo e a inclusão social

## Acordo eleva para 10 anos visto de viagem aos EUA

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem acordo bilateral Brasil-Estados Unidos que amplia de cinco para dez anos a validade dos vistos de viagem para brasileiros que vão aos EUA e vice-versa. O projeto de decreto legislativo (PDS 1.034/09), aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na última semana, agora vai à promulgação.

O período de dez anos, como prevê o acordo, passará a valer para os que viajam a turismo ou a negócio, “para ingressar, transitar, permanecer e deixar o território do outro Estado, dentro de períodos de permanência definidos em

suas respectivas legislações nacionais”.

Relator na CRE do projeto encaminhado pelo Poder Executivo, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) votou favoravelmente à proposta, que considerou oportuna, especialmente do ponto de vista do turismo e dos negócios.

Também foram aprovados acordos internacionais de cooperação cultural com a Letônia (PDS 799/09) e de cooperação na área de defesa com o Paraguai (PDS 839/09). Ambas as matérias vão à promulgação.

### Empréstimos

Também ontem o Plená-

rio aprovou autorizações para a contratação de créditos externos (PRSs 1/10 e 2/10) que deverão financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional) e o Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (Preurbis) de Fortaleza.

Para o primeiro, deverão ser contratados US\$ 15 milhões e para o segundo, US\$ 59,4 milhões. Ambas as operações serão realizadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos no início de fevereiro, as matérias vão à promulgação.

## Aprovado nome de diretor do Banco Central

Com 32 votos favoráveis e 12 contrários, o Plenário aprovou ontem a indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva do novo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Carlos Hamilton Vasconcelos de Araujo.

Araujo, que substituirá

Maria Celina Berardinelli Arraes, nasceu em Sobral (CE), é engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Ceará, e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas. Funcionário de carreira do Banco Central desde 1992, ocupou diversos cargos, entre eles o de chefe

da Mesa de Operações e do Departamento de Estudos e Pesquisas.

Eduardo Suplicy (PT-SP), relator da indicação, e o líder do PSB, Renato Casagrande (ES), elogiaram o desempenho de Araujo em sua sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



## Papaléo cobra conclusão de ponte no Amapá

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) reivindicou ontem a liberação de recursos federais para a conclusão da ponte sobre o rio Oiapoque, na divisa do Amapá com a Guiana Francesa.

Ele argumentou que a obra é fundamental para o escoamento da produção do norte da Amazônia para a Europa, pois completa a infraestrutura necessária às exportações, integrada pelo porto do município de Santana e pelo aeroporto de Macapá. Com 378 metros de extensão, a ponte ligará o Brasil a Saint George, na Guiana.

## Sadi Cassol lamenta morte do Arnaud Rodrigues

Requerimento de pesar pela morte, no dia 16, do ator, cantor, compositor e humorista Arnaud Rodrigues foi apresentado ontem pelo senador Sadi Cassol (PT-TO). O ator, de 67 anos, estava no barco que naufragou com 11 pessoas no lago da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no Tocantins.

Arnaud Rodrigues fez sucesso nas décadas de 70 e 80 em programas humorísticos ao lado de Chico Anysio. Na TV Globo, atuou em sucessos como a novela *Roque Santeiro* e a minissérie *Lampião e Maria Bonita*. Pernambucano, há mais de dez anos morava em Palmas.

## Mozarildo anuncia seminário do PTB em Boa Vista

Nos dias 13 e 14 de março, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) realiza em Boa Vista seminário para conscientizar o eleitor sobre a importância do voto para melhorar a sua vida e a de sua comunidade, anunciou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

– O eleitor tem o papel fundamental, daqui a pouco mais de 200 dias, de escolher, de maneira correta, seu deputado estadual, distrital, seu senador, governador e presidente. Votar não é uma atitude tola. É talvez o maior ato de cidadania. Depois do voto, não tem mais como reclamar – alertou o senador.

Senador afirma que o grande número de pessoas que não tem carteira de trabalho assinada consegue, pelo menos, com o dinheiro do programa, levar comida para casa

# Bolsa Família é necessário e deve ser ampliado, diz Osmar

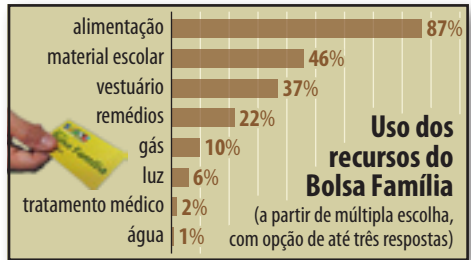
OSMAR DIAS (PDT-PR) defendeu ontem a manutenção do Bolsa Família, citando pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) sobre como os beneficiários do programa utilizam o dinheiro que recebem. Segundo o estudo, para 87% das famílias beneficiadas, o gasto principal do benefício é com alimentação. Em seguida, o dinheiro é usado para material escolar (46,5%) e vestuário (37%).

– Nós falamos aqui de comida, escola e roupas. Tudo aquilo que o cidadão precisa para atender parte das suas necessidades básicas. Então, o Bolsa Família é necessário, tem que continuar, ser ampliado e aperfeiçoado – disse o senador.

Osmar Dias relatou que, em suas viagens pelo interior de seu estado, o Paraná, pôde perceber

que a maior preocupação das pessoas é com a segurança alimentar, o que significa, conforme afirmou, emprego com carteira assinada, salário e a possibilidade de sustento da família por meio do trabalho. Assinalou que, como muitas pessoas não conseguem realizar o sonho da carteira de trabalho assinada e têm uma renda muito baixa, conseguem por meio do Bolsa Família “pelo menos levar comida para casa”.

O senador observou, no entanto, que a família beneficiária que tem um jovem precisa eleger como prioridade para



Osmar também defende a capacitação de jovens beneficiados pelo programa

ele um curso de capacitação profissional para que possa, no futuro, se livrar da dependência de um programa social.

Osmar disse ainda que o debate eleitoral no Paraná deveria sair do “bate-boca” e se concentrar em temas importantes, como a infraestrutura do estado, que precisa continuar se modernizando.

## Tuma reclama de proteção a assassino de João Hélio

Romeu Tuma (PTB-SP) expressou sua revolta com a inclusão de um dos assassinos do menino João Hélio Fernandes no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, criado pelo governo federal em 2003. João Hélio morreu aos seis anos, depois de ter sido arrastado por mais de sete quilômetros pelas ruas da zona norte do Rio, quando o carro de sua mãe foi roubado por assaltantes.

O assassino de João Hélio

beneficiado pela proteção oficial era menor na época do crime. Embora a Justiça tenha alegado que ele corre o risco de ser morto para incluí-lo no programa do governo, o senador destacou que procurou saber, mas não conseguiu qualquer informação sobre as ameaças que o rapaz, hoje com 19 anos, está sofrendo.

Na última terça-feira, o juiz Francisco José de Azevedo, anulou a inclusão do jovem no programa federal.



Romeu Tuma diz que não sabe de ameaças que o rapaz está sofrendo

## Voto de pesar pela morte de dissidente cubano



Heráclito Fortes afirma que Lula não atendeu apelo de dissidentes presos

Heráclito Fortes (DEM-PI) pediu ontem voto de pesar do Senado Federal pela morte de Orlando Zapata Tamayo. Dissidente do governo de Cuba, ele morreu após 85 dias de greve de fome.

O senador lamentou o não atendimento, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – que chegaria a Cuba no dia seguinte –, de apelo feito pelos dissidentes presos para que intercedesse junto a Fidel Castro.

– Não houve nenhuma sensibilidade de parte do presidente da República – protestou o senador.

Heráclito recordou também o caso dos atletas cubanos que vieram ao Brasil para participar dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007. De acordo com o senador, após terem manifestado o desejo de permanecer no país, foram enviados para Cuba de forma “pouco clara”.

## Flexa Ribeiro afirma que PT omite prêmios do PSDB

Ao comemorar, ontem, os 360 anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia do Pará e propor voto de aplauso à instituição, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) denunciou que o governo estadual, do PT, omite em seu site oficial o período em que o PSDB comandou o estado. Nas administrações dos governadores Almir Gabriel e Simão Jatene, segundo o senador, a Santa Casa teria recebido importantes prêmios, todos ignorados pela notícia da Secretaria de Comunicação do governo da petista Ana Júlia Carepa.

## Geovani vê Fundo Amazônia como saída para região

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem o uso do Fundo Amazônia, criado em julho de 2008, para investimentos em infraestrutura e tecnologia, de modo a garantir uma economia de baixo carbono, que promova o desenvolvimento sustentável e a preservação da floresta.

Geovani Borges lembrou que o fundo recebe mais recursos à medida que consegue comprovar, perante o Ministério do Meio Ambiente, que o desmatamento diminuiu. A Noruega anunciou a doação ao fundo de US\$ 1 bilhão, desde que se comprove a redução do desmatamento.

## Inácio Arruda homenageia militante do PCdoB

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lamentou na terça-feira as mortes de Neuton Miranda e Luiza Gurjão Farias. Miranda, que era presidente do PCdoB no Pará, dedicou sua vida “à luta pela defesa das liberdades e da democracia no Brasil”, segundo o senador.

– Durante a ditadura, ele foi perseguido e teve de ir para a clandestinidade. Com a anistia, voltou ao Pará e reorganizou o partido no estado – disse.

Luiza Gurjão Farias, que morreu aos 95 anos, teve o filho Bergson morto nos anos 70, quando participava da guerrilha do Araguaia. O corpo dele foi identificado no ano passado.

## Valter Pereira afirma que Mão Santa desrespeita o Regimento Interno na presidência

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) criticou duramente o colega Mão Santa (PSC-PI) por, segundo ele, desrespeitar o Regimento Interno do Senado ao presidir sessões da Casa. Valter Pereira disse que Mão Santa não respeita o tempo regimental dos pronunciamentos, além de permitir apartes em discursos de líderes partidários, o que é proibido pelo regimento. Para Valter Pereira, o estilo de Mão Santa conduzir sessões beneficia alguns senadores em detrimento de outros

e atrasa o desenvolvimento dos trabalhos.

– O Senado não é propriedade sua e sim a representação da Federação, onde todos têm o mesmo direito. Se não conhece o Regimento Interno, procure fazer um curso e aprender o regimento, pois vossa excelência o está desrespeitando todos os dias que preside esta Casa – disse.

Valter Pereira alegou que os senadores têm outros compromissos e não podem ficar esperando horas a fio para

poder discursar.

Mão Santa não aceitou as críticas e disse que alguns senadores discursaram antes de Valter Pereira por terem permutado a vez com outros que estavam inscritos antes dele.

– Vossa excelência tem que fazer outro curso de Direito – afirmou Mão Santa.

Valter Pereira aproveitou para pedir providências sobre a questão ao 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI).



Mão Santa (E) discorda de Valter Pereira, que reclama da espera para discursar